

## RAÇA E DESTERRITORIALIZAÇÃO: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE GEOGRÁFICA DA DIÁSPORA AFRICANA

*Dalila Fernandes de Negreiros<sup>1</sup>*

**Resumo:** Este artigo analisa a Diáspora Africana como objeto geográfico a partir da abordagem cultural e do conceito de desterritorialização. São articulados aspectos da realidade das pessoas negras no Brasil e no mundo ao processo de formação de uma identidade racial supranacional. Na primeira parte, “Uma análise geográfica da identidade negra brasileira diaspórica”, são conceituados nação, desterritorialização e a perspectiva da Geografia Cultural utilizada para analisar a Diáspora Africana a partir desses instrumentos teóricos geográficos. Na segunda, “Diáspora Africana: política negra”, são caracterizados a teoria racial global, a Diáspora Africana e os conceitos de raça, buscando conceituar a Diáspora Africana no contexto mundial. Por fim, em “Negros e negras no Brasil: reconhecimento e ressignificação”, são caracterizados aspectos da identidade negra brasileira, considerando os processos específicos e comuns de constituição dessa identidade.

**Palavras-Chave:** Diáspora Africana, raça, racismo, nação, desterritorialização.

### RACE AND DE-TERRITORIALIZATION: A PROPOSAL OF GEOGRAPHIC ANALYSIS FOR THE AFRICAN DIASPORA

**Abstract:** This essay analyses the African Diaspora as a geographic object from the cultural perspective and from the point of view the concept of de-territorialization. Aspects of the reality of black people in Brazil and in the world are linked to the formation process of an international racial identity. In the first part, “A geographical analysis of Afro-Brazilian diasporic identity”, the concepts of nation and de-territorialization are explained, and the perspective of Cultural Geography is used to analyze the African Diaspora from these geographical theoretical instruments. In the second, “African diaspora: black politics”, the global race theory, the African Diaspora and the concepts of race are characterized, aiming to conceptualize the African Diaspora in the global context. Lastly, “Black men and black women in Brazil: recognition and re-signification”, aspects of black identity in Brazil are characterized, considering the specific and common aspects of this identity.

**Key Words:** African Diaspora, race, racism, nation, de-territorialization.

### RAZA Y DESTERRITORIALIZACIÓN: UNA PROPUESTA DE ANÁLISIS GEOGRÁFICO DE LA DIÁSPORA AFRICANA

**Resumen:** Este artículo examina la diáspora africana como objeto geográfico desde el enfoque cultural y el concepto de desterritorialización. Son aspectos para describir la realidad del pueblo negro en Brasil y en todo el mundo a la formación de una identidad racial supranacional. En la primera parte, “Un análisis geográfico de la identidad brasileña negro diáspora”, son nación respetada, la desterritorialización y la perspectiva de la Cultura Geografía utilizado para analizar la diáspora africana de estas herramientas teóricas de la geografía. En el segundo, “la política de la diáspora africana: negro”, se caracterizan teoría

---

<sup>1</sup> Graduada em Geografia pela Universidade de Brasília (2008), atualmente é Agente Administrativo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. E-mail: dalilaneiros@yahoo.com.br.

racial a nivel mundial, la diáspora africana y los conceptos de raza, tratando de conceptualizar la diáspora africana en el contexto mundial. Por último, en “Negro y negro en el Brasil: el reconocimiento y la redefinición”, se caracterizan los aspectos de la identidad negro en Brasil, considerando los procesos comunes y específicas de formación de esta identidad.

**Palabras claves:** la diáspora africana, la raza, el racismo, la nación, la desterritorialización.

## INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo, diversas têm sido as revisões sobre a importância do território para a análise geográfica. A questão dos fluxos econômicos e de informação, entendida dentro da esfera da mundialização desses processos, inseriu uma discussão sobre a desterritorialização do poder, das dinâmicas, das culturas. Contudo, ainda que esse conceito tenha se popularizado apenas nas últimas décadas, a questão da desterritorialização não é uma novidade no mundo.

Para além dos debates sobre o impacto das multinacionais e do período técnico-científico-informacional nas dinâmicas espaciais, em contraposição à idéia do Estado como agente principal das dinâmicas territoriais, existem os movimentos de pessoas e idéias que são promotores de transformação espacial, mas muitas vezes não podem ser delimitados em fronteiras nacionais. No caso dos processos referentes à constituição da Diáspora Africana, os conceitos de território, nação e desterritorialização são centrais para uma discussão geográfica sobre o tema.

A concepção de uma Diáspora Africana para este estudo, relativa à dispersão de pessoas negras do continente Africano entre os séculos XV e XIX e à noção de que essas pessoas e seus descendentes possuíam experiências comuns formadoras de identidade cultural própria, remete a um desafio epistemológico acerca de determinadas noções de território e nacionalidade. No caso do Brasil, por exemplo, a identidade negra diaspórica é muitas vezes colocada em confronto com a existência do nacionalismo. A possibilidade de uma identidade supraterritorial, uma vez que a Diáspora Africana se relaciona com diversos países do mundo, estaria em conflito com a concepção das fronteiras nacionais separando as identidades.

Diante do exposto, este artigo apresenta uma proposta teórica<sup>2</sup> de um breve exame das possibilidades territoriais em uma concepção de Diáspora Africana, articulando uma análise de processos híbridos, que podem ser internacionais, para a formação de uma identidade negra supraterritorial, e locais e específicos, para a formação da identidade negra brasileira diaspórica.

Na primeira parte, “Uma análise geográfica da identidade negra brasileira diaspórica”, são analisadas possibilidades de abordagem do conceito de Diáspora Africana na perspectiva geográfica. Na segunda, “Diáspora Africana: política negra”, é brevemente caracterizada a teoria política da diáspora, buscando identificar aspectos territoriais de formação identitária. Por fim, em “Negros e negras no Brasil: reconhecimento e ressignificação”, são caracterizados aspectos

---

<sup>2</sup> Em virtude de este texto se limitar a uma análise teórica, não serão investigados dados quantitativos ou elaborado um mapeamento específico.

da identidade negra brasileira, considerando os processos nacionais de constituição dessa identidade.

### UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA DA IDENTIDADE NEGRA BRASILEIRA DIASPÓRICA

O estudo geográfico voltado às realidades africana e afro-brasileira tem se desenvolvido no país organizadamente desde a década de 1990. Ao longo desses anos, diversos autores têm trabalhado para mapear, identificar e caracterizar a participação social e econômica das pessoas negras no país (Santos, 2007).<sup>3</sup>

Entende-se que uma das possibilidades da análise geográfica para o conceito de diáspora africana pode ser desenvolvida do âmbito da Geografia Cultural. Nessa abordagem geográfica, os aspectos simbólicos da realidade têm implicações concretas mensuráveis. Para Corrêa e Rosendahl, sobre os caminhos que podem ser traçados pelos geógrafos que optam pela abordagem cultural:

nesses caminhos podem ser considerados tanto a dimensão material da cultura quanto a não material, tanto o presente quanto o passado, tanto objetos e ações em escala global como regional e local, tanto aspectos concebidos como vivenciados, tanto espontâneos como planejados, tanto aspectos objetivos como intersubjetivos. O que os une em torno da Geografia Cultural é que esses aspectos são vistos em termos de significados como parte integrante da espacialidade humana (Corrêa e Rosendahl, 2003, p. 13 e 14).

Assim, os aspectos concretos da realidade de uma pessoa negra,<sup>4</sup> relacionados aos efeitos do racismo no seu cotidiano, seriam relacionados a aspectos simbólicos do sentimento de não-pertencimento nos territórios e da adoção de uma identidade própria, com um vínculo mítico com a África como forma de associação identitária.

A partir da análise de território, pertencimento e desterritorialização feita por Haesbaert (1997) sobre os gaúchos no Nordeste, é possível conceber a vinda dos africanos do período escravista brasileiro como um processo de migração no qual essa população foi capaz de transportar e reproduzir dados de suas culturas. Porém, os sujeitos de tais culturas, ao mesmo

---

<sup>3</sup> Esses estudos possuem diversas potencialidades para a compreensão dos aspectos socioeconômicos de negras e negros no país, contudo ainda é preciso avançar em direção aos desafios conceituais da inserção da realidade negra no debate conceitual, para além do temático. São exemplos desses estudos os trabalhos de Santos (2007) e Anjos (2005).

<sup>4</sup> Neste trabalho os termos “negro” e “negra” referem-se à aparência física negra (cor da pele, textura do cabelo, espessura de narizes e lábios), que é o atributo mais usado para essa classificação no Brasil. Mesmo que a categoria “negro” não seja exclusivamente associada ao fenótipo em todos os países do mundo, ela qualifica diferentemente as pessoas que recebem essa atribuição e essa qualidade se assemelha em diversos territórios.

tempo em que influíram na formação do que se convencionou chamar identidade nacional nos territórios de destino, foram e são também excluídos em vários aspectos, como o político, econômico, religioso, estético (em virtude dos sistemas de valor criados sobre aos corpos negros). Para Haesbaert sobre a “transformação sulista” no Nordeste, ela “vem acompanhada de todo um modo de vida, sociocultural e político, muitas vezes em conflito a traços culturais locais” (1997, p. 19).

Entende-se que houve não uma transposição geográfica da identidade africana para os países da diáspora, mas existem relações entre a população negra de mistificação da África, como terra mãe, uma identidade social comum de negros e negras que é local e global, como camada mais pobre populacional no mundo todo, e uma identidade cultural de pertencimento, resistência e desprovimento. A partir das relações diferentes com o território (de pobreza, alienação e exclusão), os laços da população negra com esses territórios tenderiam a não ser os mesmos de outros grupos com outras relações, porque a experiência das pessoas negras não poderia ser delimitada dentro das fronteiras de um país. Supõe-se, desse modo, a possibilidade de os negros brasileiros se identificarem mais com os negros jamaicanos, do que com grupos brasileiros descendentes de europeus. O território, enquanto Estado nacional, não contemplaria o que é ser negro. Para Haesbaert:

A territorialidade, ela está impregnada não só de um poder que se circunscreve espacialmente, mas também de laços de identidade que tentam de alguma forma homogeneizar esse território, dotá-lo de uma área/superfície minimamente igualizante, seja por uma identidade territorial (da qual a nacionalidade/o nacionalismo pode ser considerado exemplo “moderno” por excelência) e/ou uma fronteira definidora da alteridade (*Idem, ibidem*, p. 42).

Assim, “se a fronteira indica ao mesmo tempo o fechamento e a extroversão, a classificação proporcionada por esses recortes espaciais, por meio da atribuição de significado ao espaço, pode reforçar, legitimar ou dar forma a identidades territoriais específicas” (*Idem, ibidem*, p. 36). Os elementos imateriais da Nação, relacionados ao seu caráter simbólico à população, de lar e acolhimento, são muitas vezes opostos à população negra, que percebe o território nacional como lugar de exclusão e negação, enquanto outras dimensões são somadas, como a relação afetiva com a África.

Utilizando uma das correntes básicas conceituais de análise propostas por Haesbaert, o território é entendido em sua concepção culturalista: “que prioriza sua dimensão simbólica e mais subjetiva, o território visto fundamentalmente como produto da *apropriação* feita através do imaginário e da *identidade social sobre o espaço*” (*Idem, ibidem* – grifos meus). A partir da

concepção do Estado nação como uma totalidade que representa a formação espacial, social, política e econômica de um determinado território (Santos, 2005, p. 44), entende-se o Brasil como reflexo das dinâmicas socioeconômicas ao longo da história, mas também esse mesmo Estado nação é um fator social, por ser parte integrante participativa dessas mesmas dinâmicas. Desse modo, torna-se possível uma análise do que seja o território para negros e negras e como eles e elas desenvolvem uma territorialidade específica no seu processo de apropriação e atribuição de significados a esse território. Porque essa “apropriação, que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, por que não dizer, depende do grupo, ou classe a que estivermos nos referindo” (Haesbaert, 1997, p. 36), gerando identidades territoriais específicas.

Com efeito, diante dos diversos significados de nação existentes, é importante observar que o conceito com o qual se trabalha pode indicar uma relação unilateral entre território, povo e identidade nacional ou contemplar sentimentos e pertencimentos diversos. Quando se atrela a nação ao Estado, estabelece-se uma soma entre um povo, uma terra, uma cultura. Pode-se observar esse tipo de relação no conceito usado por Demétrio Magnoli, para analisar a identidade brasileira:

Mas é preciso ir um pouco mais longe para delimitar a singularidade brasileira. Em primeiro lugar, porque o Estado *sempre* precede a nação, já que é ele o instrumento que a forja. Sob este aspecto, a única particularidade brasileira consiste na substância oligárquica e escravista que assumiu o Estado pré-nacional. Em segundo lugar, porque a “reprodução de uma imagem do Estado como organismo territorial e produto da unidade política das elites regionais” foi precisamente a plataforma histórica sobre a qual se ergueu, mais tarde o Estado nacional (Magnoli, 1997, p. 131).

Nessa caracterização de Magnoli de nação como o recheio do Estado, as relações de identificação através da ancestralidade com outro Estado nacional, ou com outro continente, não fazem sentido, são alienígenas à noção linear de um território, uma nação. Os povos considerados nações que não possuem um território único específico, como os curdos, não teriam essa denominação; os curdos no Iraque seriam iraquianos; no Brasil, brasileiros. Esse tipo de análise é extremamente excludente à noção da identidade diaspórica por não contemplar outros pertencimentos que são concretos, ainda que não se inscrevam dentro de fronteiras de um Estado. Ainda que o conceito de nação seja comumente associado ao espaço apropriado pelo grupo de pessoas com identidade cultural comum, que comporia essa nação, a necessidade da existência desse espaço concreto é questionável.

É importante entender que a constituição de Estados nacionais em todo o mundo foi completamente díspar. Países como Portugal, França, Brasil e África do Sul tiveram processos extremamente diversos de formação política, econômica e social. Dessa forma, para conceber um

conceito de Estado nacional que abarque todas essas realidades, é necessário quebrar essa equação de Magnoli. Para isso é necessário aproximar o conceito de nação da possibilidade de concepção de pertencimento e identificação independente do território, uma vez que os processos de migrações e desterritorialização não significam necessariamente a redefinição de uma identidade cultural. Desse modo, a nação pode ser compreendida como grupo de determinadas características comuns (social, cultural, política ou espacial), independentemente da existência ou não de um Estado formal atribuído unicamente a membros daquela nação.<sup>5</sup>

Ao se trabalhar com o termo “negro” e, desse modo também, com “raça” como categoria, é importante diferenciar os diversos usos que o termo possui. Gotanga (1995), ao examinar o termo raça na Constituição da Suprema Corte americana encontra quatro classificações, que servem também para explicar os usos mais comuns para raça no Brasil: 1) raça-status, que é a raça enquanto categoria social; 2) raça-formal, que se relaciona com a aparência ou descendência do sujeito; 3) raça-histórica, referente à subordinação atribuída historicamente à determinada raça, mediante o uso e o significado do termo ao longo do tempo; e 4) raça-cultura, que se refere ao pertencimento racial como o processo de conscientização da própria existência e formação de uma comunidade cultural.

O processo de constituição da identidade negra é abordado neste artigo utilizando o conceito de raça-cultura, considerando que esse abrange o processo de significados que são atribuídos aos termos negro e negra, uma vez que a consciência do pertencimento é originada exatamente na diferenciação com o outro refletindo no processo de conscientização da população negra quanto a sua situação social. Os grupos de pessoas negras, formalmente organizados ou não, são vistos como comunidades negras. Esse sentido de comunidade negra não é iminentemente geográfico, mas comportamental e simbólico. Segundo Gregory, entretanto, a formação dessa comunidade implica o reconhecimento de “práticas de discriminação racial e subordinação que os moradores são submetidos, que afetam seu bem-estar socioeconômico e mobilidade, influenciando sua identidade racial” (1998, p. 11). Considerando a percepção de racismo cotidiano de Caldwell (2007), como as discriminações do dia a dia das pessoas negras, envolvidas e assimiladas nas práticas sociais referentes a relações assimétricas de poder, a comunidade negra não se refere exclusivamente ao que seria um bairro negro.

Assim, mesmo que no Brasil não tenha havido no século XX um processo legal de segregação baseada na raça formalmente, existe uma sensação comum às famílias negras, muitas

---

<sup>5</sup> Muitas nações são consideradas majoritárias ou únicas em determinados Estados, contudo essa não é uma condição de existência. O principal aspecto nacional é o cultural, invariavelmente o território faz parte desse contexto, contudo esse território não é necessariamente pertencente ao grupo.

das quais constituem a maioria dos bairros pobres e a minoria nos bairros ricos e de classe média. Uma família negra que seja a única residente num condomínio de classe média da Área Octogonal Sul, em Brasília (DF) está submetida a atos corriqueiros de racismo, assim como as famílias de cidades pobres com um contingente maior de pessoas negras como a Vila Estrutural (DF) ou o Varjão (DF). De tal sorte, a pulverização das práticas racistas no Brasil reforça o processo de negação e invisibilidade da discriminação racial no país. **Tal como observa Caldwell:**

A geral negação da existência de racismo no Brasil faz a classificação, categorização e descrição da discriminação racial uma tarefa árdua. Como um grande número de pesquisadores notam, a “sutil” e “cordial” aparência na qual o racismo brasileiro normalmente surge, frequentemente torna-se difícil aos cidadãos brasileiros comuns e acadêmicos reconhecê-lo (Caldwell, 2007, p. 11).

Desse modo, é importante notar que a identidade negra tem como um dos pilares a discriminação racial, a qual os negros e negras estão submetidos. Essa discriminação é exatamente a distinção social feita entre pessoas brancas e negras no dia a dia. Como Caldwell sinaliza, são principalmente as pessoas negras que irão se posicionar quanto à existência do racismo no Brasil, reivindicando até mesmo o seu reconhecimento. Não que todos os brancos sejam insensíveis ao racismo cotidiano, contudo, existe toda uma estrutura de valor e poder social, na qual o discriminado tem um ponto de vista privilegiado das dimensões das discriminações as quais é submetido.

E as pessoas negras no Brasil, assim como no mundo todo, não constituem um grupo homogêneo, nem fenotípica, ideológica ou politicamente. Deste modo, essa identidade referida é um conjunto de representações, atitudes diante dos processos de racismo, gentrificação, segregação das pessoas negras no país. Segundo Ana Flávia Magalhães Pinto, ao se referir à rejeição dos dominados diante das representações que lhes são impostas:

Essa rejeição das representações hegemônicas pode constar mesmo em um contexto de negociação, assim como pode haver a presença da aceitação dessas pelos alvos de dominação ainda que num momento de conflito – de modo que se torna impraticável uma explicação redutora desses embates (Pinto, 2006, p. 19).

Desse modo, além das comunidades negras não serem vistas como homogêneas, as formas de luta contra o racismo são variáveis, podendo ir da tentativa de negação do pertencimento racial, e desse modo uma tentativa de fuga de ser alvo do racismo, à luta por reconhecimento da identidade negra e do racismo no país. Mas é exatamente na diversidade de

formação, representação e identificação dessas comunidades negras que reside o processo de territorialização e desterritorialização contínua da Diáspora Africana.

### DIÁSPORA AFRICANA: POLÍTICA NEGRA

O Brasil é um dos muitos países do mundo que receberam africanos por força do tráfico transatlântico de mão-de-obra escravizada, apresentando, atualmente, a pobreza relacionada ao pertencimento racial como realidade social comum a todas essas sociedades com população negra – senão ainda mais agravada.<sup>6</sup> Não só no caso do Brasil, esse processo é anterior à própria constituição do território como um país independente. Como expresso por Winant (2001) na teoria racial global, a escravidão negra dos séculos XVI ao XIX foi um dos principais fatores para a acumulação do início do capitalismo, formando, até mesmo, um sistema de significados e representações necessários à hegemonia branca. Com efeito, em todos os lugares do mundo onde há negros, eles estão na base da pirâmide socioeconômica. Ainda que haja países com população negra quase exclusivamente, eles estão sujeitos aos mesmos processos de valorização e significado da ideologia branca, tanto como realidade do cotidiano de relações raciais concretas quanto como legado colonial.

O conceito de Diáspora Africana com o qual se trabalha engloba diversos processos internacionais de luta contra a ordem racial mundial e ressignificação da raça-histórica. Desse modo, existe a criação e a recriação da raça, somadas à memória das tradições ancestrais provenientes da África, segundo Edmund Gordon: “A Diáspora Africana, em vez de uma simples entidade racial, é conceituada com essas teorias como uma comunidade cultural unida à África e às comunidades deslocadas através de afinidades das práticas culturais e visão de mundo africanas” (1999, p. 1)

É evidenciado no conceito que, independentemente do fim da escravidão formal no mundo no século XIX, da mudança dos discursos explicitamente benéficos à eugenia e ao branqueamento no Brasil em 1930, do fim da II Guerra Mundial em 1945, envolta na questão judaica, do fim do regime do *apartheid* na África do Sul em 1990, a ideologia que justificava a

---

<sup>6</sup> Quando se fala em condições de vida equivalente às populações negras em todos os países nos quais ela se concentra, incluem-se os países do continente africano, os da Europa que passaram a receber imigrantes africanos predominantemente após a descolonização africana, nas décadas de 1960 e 1970 e os países que receberam africanos entre os séculos XVI e XIX.

manutenção dos negros e negras sob aquele regime de trabalho não deixa de existir, ela é sofisticada e reelaborada. Ainda segundo Gordon:

Nós queremos evidenciar dois processos: a solidificação de formas de subordinação racializada, classificação e ideologias que circulam internacionalmente, dentro e entre nações do primeiro e terceiro mundos, e os esforços criativos de pessoas vivendo através desses sistemas, reformulando e revalorizando seu próprio senso de existência em confronto com nacionalismos e racismos particulares (*Idem, ibidem*, p. 13).

Cabe registrar que, embora os negros e negras da diáspora não possam ser reduzidos ao tráfico negreiro, esse é visto como peça na engrenagem do capitalismo, estabelecendo as relações raciais da exploração. Segundo Ianni (1978), o período escravista foi essencial para a acumulação primitiva necessária à formação das condições sociais, políticas e econômicas do capitalismo. Por meio do escravismo, tornou-se possível a concentração e a acumulação de capital e meios de produção:

Foi o capital comercial que comandou a consolidação e a generalização do trabalho compulsório no Novo Mundo. Toda formação social escravista dessa área estava vinculada, de maneira determinante, ao comércio de prata, ouro, fumo, açúcar, algodão e outros produtos coloniais. Esses fenômenos, protegidos pela ação do Estado, combinados com os progressos da divisão social do trabalho e da tecnologia, constituíram, em conjunto, as condições da transição para o modo capitalista de produção (Ianni, 1978, p. 6).

Por sua vez, o racismo e o próprio processo de racialização fazem parte de um contexto de afirmação identitária e diferenciação com o outro, que criaram e recriaram a categoria “negro” como independente da história e objeto.

Contudo, atribui-se às comunidades negras diaspóricas uma “tradição radical” (Robinson, 2000) de luta por transformação política expressa nas estratégias comuns de resistência adotadas, nas ideologias de libertação, que estão presentes desde a escravidão até as demandas recentes das organizações por direitos humanos para negras e negros, e nas referências simbólicas. Segundo Robinson, a tradição negra radical é resultado de diversos fatores, entre os quais: a teorização da hegemonia branca, que provocou práticas de discriminação e racismo; a escravidão negra, que provocou a revolta das populações negras contra os sistemas de dominação impostos e sua coesão dentro de seus próprios sistemas de valores. Um exemplo emblemático dessa tradição foram o nacionalismo negro e o pan-africanismo presentes desde o fim do século XIX.

O nacionalismo negro é um conceito que defende que os negros de todo o mundo possuem uma identidade cultural própria e comum que os une. A partir desse ponto seria necessária uma união formal, mediante organizações, de todos os negros e negras do mundo, a

fim de promover a independência africana e a volta para a África, para a construção de um único continente negro e unido. O pan-africanismo possui muitos dos pressupostos do nacionalismo negro, contudo acreditando que para a Diáspora seria necessária a melhora das condições de vida para a população negra, onde quer que esteja.

A teoria atual da diáspora engloba diversos argumentos teóricos do pan-africanismo, do nacionalismo negro e de diversas contribuições teóricas de consciência negra e negritude. A idéia central do conceito é que os negros no mundo todo possuem experiências comuns de inadequação nos territórios, baseadas em práticas de marginalização e terror racial, aos quais são submetidos em virtude da continuidade da ideologia racista da inferioridade negra.

Os conceitos de rotas (*routes*) e raízes (*roots*), registrados por Gilroy (2001), são elementos centrais para a teoria da diáspora. As rotas são referentes à especificidade da criação e recriação das relações raciais que se estabelecem nos países, ainda que a ideologia que condiciona essas relações (hegemonia branca) seja a mesma. Assim, cada território possui dinâmicas, lógicas e práticas diferenciadas. As raízes se referem à simbologia que a África possui para as comunidades negras, pois mesmo que, conforme a distância temporal do período do tráfico negreiro, as populações negras da diáspora não fossem africanas, o território no qual elas estavam não as acolhia, transformando o continente africano em um lar ideal imaginário. Segundo Gordon, a população mestiça, os *creoles*, da Nicarágua não possuiriam uma identidade transnacional central, como a Diáspora Africana:

As identidades transnacionais criolas são formadas de experiências históricas e tradições culturais específicas deles como grupo. Isso centralmente inclui sua posição subalterna dentro das hierarquias nicaraguense e internacional de raça e cultura, assim como sua luta para criar sua própria identidade valorizada com a qual eles contestam sua subordinação (Gordon, 1999, p. 16).

No caso do Brasil, a chamada identidade mestiça brasileira tem impacto na construção da identidade negra. Ainda que o indivíduo seja considerado aparentemente negro, nem todos os ancestrais são necessariamente africanos. Ser considerada negra não é se sentir negra, e essa relação de como o sujeito se vê e como é visto tem impactos na formação da identidade. Não por acaso, Degler (1976) chegou a afirmar não ser possível um engajamento militante forte e coeso de boa parte dos negros brasileiros, como o que ocorreu nos Estados Unidos na época da luta pelos direitos civis, porque existiria no Brasil a “saída do mulato”. Para ele, existiria a possibilidade de mestiços mais claros se disfarçarem de brancos, uma vez que as pessoas consideradas brancas tinham também origens africanas. Essa seria a estratégia mais adotada e bem sucedida de fuga dos efeitos do racismo no cotidiano dos brasileiros. Sobre o trabalho de

Degler, é interessante pensar que, assim como um time que está perdendo, o “fardo externo da cor” seria o que condenaria o indivíduo mestiço ao tratamento diferenciado “de branco” ou “de negro”. Como de fato, no Brasil, se está, a princípio, mais preocupado com a aparência que com a descendência, uma das características importantes da identidade negra seria a valorização e a ressignificação das características físicas do indivíduo negro.

Diante da condenação do racismo, até de sua criminalização na década de 1950, diversos termos considerados politicamente corretos ou amenos passaram a ser usados para designar as pessoas negras, desde moreno ou escurinho, a marrom bombom. Toda essa gama de adjetivos suavizadores, somadas às tentativas de branqueamento aos olhos dos outros, dificulta em muito a auto-declaração. Como citado por Caldwell, sobre a ênfase da pesquisa sobre a categoria mulher negra: “mulheres que se autoidentificam como negras devem ser vistas como um modo de focar em pessoas que são a exceção, ao invés da regra, em termos de auto-identificação racial” (2007, p. 8).

### **NEGROS E NEGRAS NO BRASIL: RECONHECIMENTO E RESSIGNIFICAÇÃO**

Ainda que o Brasil esteja sujeito aos mesmos processos resultantes do racismo de todos os países da diáspora, existem as características específicas que resultam em elementos diferenciados da identidade negra no país. Existe a relação contraditória entre o que se vê e o que é dito. Por exemplo, é perceptível que a maioria dos moradores de rua é negra, mas a maioria das menções que são feitas com relação à razão de aquelas pessoas estarem na rua é de ordem econômica, não racial.

De modo geral, as organizações brasileiras que se autodeclararam negras buscaram, por meio desse reconhecimento, a conquista de direitos negados no processo de formação do país. Contudo, ser negro não é fazer parte de uma organização negra<sup>7</sup> e lutar formalmente pelo fim do racismo. Ao longo da história da sobrevivência dessa população, todas as estratégias de manutenção de uma unidade, proteção dos membros dos grupos são formadoras da identidade. Dessa feita, a identidade negra no Brasil se relaciona em grande parte com a consciência da discriminação e as tentativas de superação.

Um dos espaços importantes e emblemáticos são as comunidades de terreiro. Ainda que o candomblé não seja um das religiões brasileiras com o maior número de adeptos, em relação ao

---

<sup>7</sup> Essas organizações não são aglutinações da maior parte da população negra do país, contudo, assim como diversos movimentos sociais, são representantes legítimas de determinados quadros representativos de segmentos.

número de protestantes e católicos, ele tem um papel referencial e simbólico à identidade negra muito importante, por sua relação com referenciais africanos e o culto à ancestralidade. O candomblé<sup>8</sup> é visto como uma das formas de resistência via manutenção de elementos de culturas referenciadas em tradições religiosas africanas, formando uma espécie de ilha de inserção social para populações negras. Os terreiros, muitas vezes, constituem centros de mobilização para o enfrentamento da pobreza e das desigualdades raciais. O papel das mulheres, como lideranças religiosas e familiares, é destacado no ambiente comunitário, revelando diversas relações que as comunidades negras tendem a estabelecer, até com a mulher negra como mantenedora da família, seja pela morte precoce de homens negros, seja por tradições culturais ancestrais.

Perto do fim da escravidão e logo após essa, existia uma grande população negra livre nas cidades, que possuíam possibilidade de emprego e sobrevivência. Os terreiros formavam centros de referência para essa população negra urbana (Almeida, 2004). Sujeita aos processos de segregação espacial e racismo ambiental, essa população foi se fixando em bairros distantes dos centros, cortiços, favelas por meio do contínuo processo de urbanização. Os terreiros eram uma resposta organizada às forças de opressão, um espaço de experiências religiosas e vivências negras.

Outra fonte de ícones referenciais à identidade negra brasileira são os quilombos. Como resultados de processo de fuga de pessoas negras escravizadas no período da escravidão, os quilombos se tornaram refúgios de negros e negras durante o período anterior à abolição. Contudo, mesmo com a República, a relação das populações negras rurais com o poder público continuou sendo de exclusão, invisibilidade e ameaça. Em muitos desses quilombos brasileiros é possível estar em contato com tradições, idiomas e práticas fortemente referenciadas no continente africano, bem como expressões de consciência de coletividade, exclusão e comunidade negra.

De modo geral, as organizações negras<sup>9</sup> – consideradas as que se autodeclaram negras e as organizações de negros, ainda que não possuam explicitamente a questão identitária na pauta reivindicatória, mas que essa apareça em argumentos retóricos – são os pontos focais de difusão

---

<sup>8</sup> A umbanda possui também diversos elementos relativos à ancestralidade africana, porém relações diferenciadas com o território e a comunidade. Neste trabalho, aborda-se a comunidade de terreiro como centro de difusão de conhecimento e práticas de resistência e de criação e manutenção de referências à África.

<sup>9</sup> Neste trabalho opta-se por não listar essas organizações negras, sejam o próprio Movimento Negro Unificado ou associações pequenas locais, exatamente porque ao citar, em razão do que é difundido, as organizações dos grandes centros, que são as mais conhecidas, estariam destacadas. O objetivo de tratar dessas organizações é que, independente de seu tamanho, ou capacidade de aglutinação, elas possuem elementos comuns e referenciais a identidade negra.

política do que é a identidade negra. Ao longo da história do país, várias dessas organizações surgiram e acabaram, observando-se nelas dois tipos mais comuns de retórica: 1) a essencialmente inclusiva, que se refere à tentativa das populações negras de, de fato, serem brasileiras, em igualdade de direitos e condições; 2) e a de reconhecimento, acreditando que a população negra possui características únicas e que essa diversidade deve ser reconhecida para uma verdadeira luta antirracista. Muitas vezes essas correntes de pensamento que permearam a luta por melhores condições de vida para a população negra pareceram conflitantes, mas a questão da exclusão e negação de direitos sempre foi um argumento subjacente a qualquer uma das saídas apontadas. A consciência da discriminação e da necessidade de reparação, independente da estratégia, é um ponto comum da retórica dos movimentos e da identidade negra.

Dentro da esfera de luta acadêmica, a consciência da necessidade de incluir a perspectiva científica do ativismo teria o compromisso de uma pesquisa baseada na dimensão negra de uma História (ou Sociologia, Geografia, Linguística, etc.) que já foi escrita, mas sempre revisada com essas premissas. O principal objetivo que se relaciona com a pesquisa científica é a ampliação da frente de luta do movimento negro aliada ao protagonismo negro, o que significa atentar ao poder do saber científico e ao mesmo tempo ser produtor desse conhecimento, sem a barreira entre pesquisador e pesquisado. Ainda que as esferas acadêmica e não acadêmica de militância não sejam comumente relacionadas, observa-se que a ideologia que se inscreve nas reivindicações das organizações negras e dos pesquisadores e pesquisadoras negros é a mesma, relativa à necessidade de reconhecimento do pertencimento racial, do racismo no Brasil e da retórica nacional para um efetivo combate às causas da submissão da população negra.

## CONCLUSÃO

A inserção da análise geográfica nos estudos da Diáspora Africana pode e deve ir para além da localização das populações nos territórios. Os processos de formação de concepções de pertencimento, nacionalidade e território são fundamentais para a compreensão das dimensões da exclusão de pessoas negras, bem como do processo de formação de uma identidade internacional.

Assim, indica-se que a análise geográfica da diáspora africana deve considerar: as especificidades do comportamento racial nacional, a dimensão cultural da raça em cada

território, o papel de comunidades negras na identidade nacional e a desterritorialização nas dinâmicas de formação do socioespacial.

Considerar as especificidades do comportamento racial é necessário para avaliar como o racismo se manifesta em cada território e período, para identificar as semelhanças com outros países, bem como as especificidades locais, indicando qual seu impacto para a formação das dinâmicas espaciais.

A partir da análise da dimensão cultural da raça (raça-cultura), é possível estabelecer a concepção da categoria negro em contraposição, ou assimilação, à categoria brasileiro, ou à nacionalidade. É relevante observar em quais contextos há a necessidade de atribuição da qualidade “negro”, em que contextos essa identidade é reivindicada e quais as vantagens dessa reivindicação.

Atentar para a organização social das pessoas negras é de extrema relevância à Geografia, uma vez que geralmente os espaços relativos a essas pessoas são os “não-lugares”, as “não-cidades” e diversas negações possíveis. Não se pode limitar a análise à negação do conceito, é necessário criar novas categorias. Ao estabelecer o papel das desterritorializações nas dinâmicas de formação socioespacial, entende-se que a constituição de territorialidades específicas, ou até mesmo de territórios culturais, é objeto de análise de práticas, hábitos, visões de mundo e modos de vida, que também não se limitam às fronteiras. Tal compreensão não é possível se utilizarmos o conceito de nação que relaciona um povo a uma cultura e um território, que é justamente o mais difundido, até nos materiais didáticos de Geografia.

Para contemplar a formação de uma identidade diaspórica desterritorializada, tal qual a identidade negra, é importante redefinir os contornos culturais e geográficos dessa nação, uma vez que o continente africano é em grande parte um referencial territorial idílico, mas não uma possibilidade concreta de pertencimento, a não ser aos próprios africanos.

Desse modo, tem-se a identidade negra diaspórica como um processo supraterritorial, na medida em que é internacional e mundial, contudo e ao mesmo tempo, sujeita às especificidades dos territórios – uma vez que a discriminação, por mais que seja produto da mesma ideologia de dominação, possui manifestações diferenciadas nos territórios.

Ainda que a identidade negra seja diaspórica, existem características nacionais que qualificam essa identidade e são formadoras de uma identidade negra diaspórica específica em cada território. Portanto, ainda que negros sejam discriminados no mundo todo, a história, o território e a identidade brasileiros promovem especificidades com relação ao tratamento e à autoidentificação de pessoas negras.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Magali da Silva. Preconceito racial e desigualdade: candomblé, resistência e enfrentamento da pobreza. In: PINTO, Elisabete Aparecida e ALMEIDA, Ivan Antonio de (orgs.). *Religiões: tolerância e igualdade no espaço da diversidade* (exclusão e inclusão social, étnica e de gênero). São Paulo: Fala Preta! Organização das Mulheres Negras, 2004.
- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. *Territórios das Comunidades Remanescentes de Antigos Quilombos no Brasil*. Brasília: Editora: Mapas & Consultoria, 2005.
- CALDWELL, Kia Lilly, *Negras in Brazil: re-envisioning black women, citizenship, and the politics of identity*. New Jersey, and London: Rutgers University Press, New Brunswick, 2007.
- CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (orgs.). *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- COSGROVE, Denis E. Em direção a uma Geografia Cultural Radical: problemas da teoria. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (orgs.). *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- DEGLER, Carl N. *Nem preto nem branco: escravidão e relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Editorial do Brasil, 1976.
- GOTANGA, Neil, A Critique Of “Our Constitution Is Color-Blind”. In: CRENSHAW, Kimberlé *et alii*. *Critical race theory*. Nova York: The New Press, 1995.
- GORDON, Edmund T., Conceptualizing the African Diaspora. *Journal of American Folklore*, 1999.
- GREGORY, Steven. *Black Corona: race and the politics of place in an urban community*. Princeton: Princeton University Press, 1998.
- GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: Modernidade e dupla consciência*. São Paulo: 34 / Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, 2001.
- HAESBAERT, Rogério. *Desterritorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói: EDUFF, 1997.
- LOPES, Ney. *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004.
- MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, Moderna, 1997.

MISCEVIC, Nenad. Nationalism. In: ZALTA, Edward N. (ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2010. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/archives/sum2010/entries/nationalism/>. Acessado em: maio de 2010.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2005.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833-1899)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

ROBINSON, Centric. *Black Marxism: the making of the Black Radical Tradition*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2000.

SANTOS, Renato Emerson dos (org.). *Diversidade, Espaço e Relações Étnico-Raciais: o Negro no Ensino de Geografia*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2007.

SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: EDUSP, 2005.

WINANT, Howard. *The World is a ghetto: race and democracy since World War II*. Nova York: Basic Books, 2001.